

BOLETIM 605

Brasília, 12 de julho de 2018

Produção industrial cai em 14 de 15 locais pesquisados pelo IBGE

A produção industrial caiu em 14 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na passagem de abril para maio deste ano. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgados nesta quarta-feira (11), apenas o Pará teve alta na produção no período, de 9,2%, depois de uma queda de 8,5% em abril.

Segundo o IBGE, a queda foi motivada principalmente pela paralisação dos caminhoneiros no final de maio, que afetou o processo de produção em várias unidades industriais do país.

Seis estados tiveram quedas superiores à média nacional, de 10,9%, no período: Mato Grosso (-24,1%), Paraná (-18,4%), Bahia (-15%), Santa Catarina (-15%), São Paulo (-11,4%) e Rio Grande do Sul (-11%).

Os outros estados com queda na produção foram Goiás (-10,9%), Minas Gerais (-10,2%), Pernambuco (-8,1%), Rio de Janeiro (-7%), Ceará (-4,9%), Amazonas (-4,1%) e Espírito Santo (-2,3%). Além de analisar separadamente os desempenhos de Ceará, Pernambuco e Bahia, o IBGE também analisa o comportamento conjunto dos nove estados da Região Nordeste, que tiveram queda de 10% na produção.



Comparação - Na comparação com maio do ano passado, a produção recuou em 12 dos 15 locais pesquisados, com destaque para Goiás (-15,7%). Tiveram alta apenas os estados do Pará (6%), Amazonas (4,5%) e Rio de Janeiro (0,9%).

No acumulado do ano, no entanto, a indústria teve desempenho positivo em oito locais. A principal alta foi observada no Amazonas (17,9%). Sete locais tiveram queda, sendo o Espírito Santo o estado com maior recuo (-5,1%).

Já no acumulado de 12 meses, o desempenho da indústria se mostra melhor, ao registrar alta em dez dos 15 locais, com destaque, mais uma vez, para o Amazonas (10,4%). Dos cinco locais em queda, Espírito Santo também obteve o pior resultado (-1,9%).

Fonte: Agência Brasil

Tabelamento do frete afeta a indústria paulista

O tabelamento do frete deve causar impacto de R\$ 3,3 bilhões sobre a indústria paulista entre os meses de junho e dezembro deste ano, estimou nesta quarta-feira (11) a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo



(Fiesp). O aumento equivale, segundo a pesquisa Rumos da Indústria Paulista, a um gasto adicional com frete de R\$ 469,6 milhões por mês. Para a pesquisa, foram consultadas 400 empresas do estado.

O tabelamento do frete, uma das reivindicações dos caminhoneiros durante a paralisação nacional e que define valores mínimos para o frete rodoviário no país, foi aprovado nesta quarta-feira na Câmara dos Deputados. Pela proposta que está em votação, caberá à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicar duas vezes ao ano os preços mínimos do frete referentes ao quilômetro rodado, por eixo carregado, considerando distâncias e especificidades das cargas e priorizando o custo do óleo diesel e dos pedágios.

Repassa aos preços - Segundo a Fiesp, 55,3% das empresas consultadas pretendem repassar, integralmente ou parcialmente, o aumento do frete para o preço do produto. "Depois de três anos pressionadas pelo fraco desempenho da economia, as indústrias paulistas estão com pouca margem para absorver este aumento do preço do frete sem repassar para os preços dos seus produtos", disse José Ricardo Roriz Coelho, presidente em exercício da Fiesp.

O dirigente disse ainda que, se houver o repasse, isso vai ocorrer em um momento de recuperação ainda lenta da economia, "o que deve levar a uma queda das vendas, conforme projetado pelas próprias empresas que participaram da pesquisa".

A Medida Provisória 832, de 2018, que institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, é considerada "um grande retrocesso" por Roriz. "

Fonte: Agência Brasil

Centrais reforçam 10 de agosto como dia de 'basta ao desemprego'

Sindicalistas vão organizar paralisações no início da manhã e se concentrar diante da Fiesp. Sem esperar mais nada do atual governo, querem cobrar candidatos sobre medidas para recuperar o país

As centrais sindicais ratificaram nesta quarta-feira (11) o 10 de agosto como um dia nacional de luta, com destaque para o combate ao desemprego, além de repudiar as reformas do governo Temer. Sindicalistas devem promover paralisações na parte da manhã, seguidas de concentração diante da sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a partir das 10h. Perto do calendário eleitoral, eles também querem cobrar candidatos sobre medidas para reativar a economia.

Do atual governo, já não se espera nada. "Creio que temos de apostar no futuro", afirmou, pouco depois de reunião realizada no Dieese, em São Paulo, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, já apontando para as eleições de outubro. Ele defende uma composição política "que fortaleça a defesa do nosso país e dos brasileiros".

Segundo ele, a ideia é fazer do 10 de agosto um dia de "basta de desemprego", envolvendo não só trabalhadores mas instituições como a Igreja e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras. "O desemprego é um flagelo que atinge toda a sociedade brasileira."



O presidente em exercício da CTB, Divanilton Pereira, disse que a data tem como origem "uma plataforma unitária das centrais", referindo-se à agenda com 22 itens aprovada há um mês. Os eixos da mobilização de 10 de agosto incluem ainda protestos contra a elevação dos preços de petróleo e derivados e defesa dos direitos previdenciários.

Os sindicalistas querem também que os candidatos se comprometam com medidas emergenciais para recuperar a economia e criar empregos – algo que já não se pode esperar da gestão Temer. "Não temos a menor ilusão quanto a isso. A composição desse usurpador não tem o menor compromisso com o Brasil, com soberania, com os direitos do nosso povo", afirmou Divanilton. "Estaremos a cinco dias do início formal da campanha eleitoral e nosso objetivo é que nossa pauta influencie o debate nacional."

Nova plenária das centrais foi marcada para o dia 25, também no Dieese, para acertar detalhes das manifestações. A reunião de hoje, além de CTB e Força, contou com representantes de CSB, CSP-Conlutas, CUT, Intersindical, Nova Central e UGT.

Fonte: Rede Brasil Atual

Inflação da terceira idade fecha segundo trimestre em alta de 2,3%

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), que mede a variação da cesta de consumo de famílias majoritariamente compostas por indivíduos com mais de 60 anos, fechou o segundo trimestre do ano com variação de 2,3%. O resultado é 0,35 ponto percentual superior ao 1,95% relativo ao IPC-BR acumulado de abril e junho – e que mede a variação de preços das famílias de todas as idades e faixas de renda.

Os dados relativos ao indicador foram divulgados nesta quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado do 2º trimestre do ano, a inflação acumulada pelo IPC-3i nos últimos 12 meses (a taxa anualizada) ficou em 5,14%, superior também em 0,71 ponto percentual aos 5,14% do IPC-BR acumulado nos últimos 12 meses.

Segundo os dados divulgados pela FGV, na passagem do primeiro para o segundo trimestre do ano, o IPC-3i fechou em alta de 1,41 ponto percentual, ao passar de 0,89% para 2,30%. Seis das oito classes de despesa que compõem o índice registraram acréscimo em suas taxas.

A principal contribuição para o crescimento do IPC-3i no segundo trimestre partiu do grupo Habitação, cuja taxa passou de 0,07% para 3,08%, influenciada pela tarifa de eletricidade residencial, que chegou a crescer 13,97% no período, depois de ter fechado o



trimestre anterior com deflação (inflação negativa) de 2,05%.

Também contribuíram para o aumento da taxa do IPC-3i os grupos Alimentação, cuja variação de preços passou de 1,41% para 2,50%; Saúde e Cuidados Pessoais (de 1,59% para 2,55%); Transportes (de 1,61% para 2,39%); Vestuário (de -0,02% para 1,05%); e Comunicação (de -0,13% para 0,09%).

Em contrapartida, tiveram desaceleração de preços os grupos Educação, Leitura e Recreação (de 0,73% para uma deflação de 0,98) e Despesas Diversas (de 0,62% para 0,35%).

Fonte: Agência Brasil

IGP-M registra inflação de 8,13% em 12 meses

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos de aluguel, registrou inflação de 0,41% na primeira prévia de julho, taxa inferior à apurada em junho (1,5%). O indicador acumula taxas de 5,82% no ano e de 8,13% em 12 meses, segundo informações divulgadas nesta quarta-feira (11) pela FGV.

A queda da taxa foi puxada pelos preços no atacado e no varejo. O Índice de Preços ao Produtor Amplo, que acompanha o atacado, caiu de 2,06% na primeira prévia de junho para 0,34% na prévia deste mês.

A inflação do Índice de Preços ao Consumidor, que analisa o varejo, recuou de 0,54% na prévia de junho para 0,39% em julho.

Por outro lado, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,91% na prévia de julho, acima do 0,18% de junho.

Fonte: Portal EBC

Bancários resistem à reforma trabalhista para garantir direitos

Protestos realizados pelos bancários nesta quarta –feira (11) reivindicam a assinatura de um pré-acordo com os bancos garantindo as bases da atual Convenção Coletiva de Trabalho. Em início de campanha para renovar a Convenção, os bancários enfrentam a falta de disposição da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que busca rebaixar direitos básicos. A Convenção dos bancários que expira no dia 31 de agosto mantém a mesma proteção e conquistas há 26 anos.

A reforma trabalhista elaborada e sancionada pelo governo de Michel Temer proporcionou aos empregadores a possibilidade de violar direitos. Em vigor desde novembro do ano passado, a reforma consolidou o fim da ultratividade, que assegurava os direitos da Convenção anterior até a assinatura do novo acordo. Sem esse dispositivo, os empregadores tem se negado a manter os direitos em vigor.

São Paulo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro realizaram manifestações para pressionar os negociadores dos bancos a assinarem o pré-acordo ainda nesta quinta-feira (12), quando será realizada nova rodada de negociação com os bancos. Ao contrário do que sempre aconteceu, os bancos não assinaram a o pré-acordo na primeira rodada de negociações no dia 28 de junho.

“Queremos sair da mesa do dia 12 com um calendário de negociações, a exemplo do que sempre fizemos em anos anteriores. Em 2018,

nossa CCT completa 26 anos e é um exemplo de construção baseada num processo democrático, com respeito à representação dos trabalhadores e dos bancos. E assim queremos que continue sendo”, afirmou a dirigente bancária Juvandia Moreira ao portal da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Ela é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

Na opinião de Marta Soares, a resistência dos bancários é para garantir direitos que foram resultado de anos de luta dos trabalhadores. Dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, ela esteve desde o início da manhã desta quarta conversando com trabalhadores no CAB/Itaú, na av Brigadeiro Faria Lima, na capital paulista.

“Em 2017, os cinco maiores bancos tiveram resultados que ultrapassam R\$ 77 bilhões. Esse resultado não é feito nem por máquinas e nem por estruturas, mas sim pelos bancários e bancárias que trabalham para atingir metas”, argumentou Marta ao portal Contraf.

Em Salvador (BA), dirigentes do sindicato dos bancários daquele estado percorreram cerca de 500 agências mobilizando trabalhadores para fortalecer a campanha salarial. “O fim da ultratividade, por exemplo, é a face mais perversa da nova legislação trabalhista, pois os direitos assegurados pelo acordo coletivo perdem validade depois de 31 de agosto”, afirmou o presidente licenciado, Augusto Vasconcelos.

Se não houve pré-acordo até o dia 31 de agosto os bancários podem ficar sem direitos como vales-refeição e alimentação, auxílio-creche e plano de saúde, entre outros.

Fonte: Portal Vermelho



Vargas Netto mostra que número de Sindicatos no Brasil é compatível

Entre as lendas criadas contra o movimento dos trabalhadores está a de que o Brasil tem Sindicato demais. Esse mantra foi recitado por ministros do Supremo Tribunal Federal na sessão de 29 de junho, na qual seis votos chancelaram a lei neoliberal de Temer.

Quem desmonta a ladainha é João Guilherme Vargas Netto (**foto**), consultor sindical, em seu artigo “Conversa de botequim”. No texto, ele esclarece que o sindicalismo atual vai ao encontro da Constituição, que estabelece Sindicato por categoria, sem que possa haver mais de uma entidade do mesmo setor na mesma base territorial.

Diz Vargas: “Fiquei incomodado com a dupla ignorância sobre o sindicalismo revelada nas discussões, ignorância sobre os Sindicatos no Brasil e sobre os Sindicatos em outros países e sua comparação com os nossos. O número de 17 mil foi brandido como argumento teórico definitivo. O STF, que é o guardião da Constituição, esqueceu que ela permite a existência de um Sindicato de



uma dada categoria por município (Artigo 8º, item II). O regramento constitucional convive, portanto, com a possibilidade da existência de milhares de Sindicatos; se limitarmos, por exemplo, a três Sindicatos por município - são 5.570 - chegaríamos aos 17 mil Sindicatos, sem que se configurasse anomalia”.

Exemplo - O consultor exemplifica: “Suponhamos que cada município tenha um Sindicato de Servidores, um comerciário e outro de rurais. Já estaríamos nos 17 mil, sem contar categorias próprias de certas regiões ou entidades patronais”.

O Supremo também errou no item receitas sindicais. Diz o artigo: “Um ministro alegou apetite por verbas do governo, quando todos sabem - e ele devia saber - que a contribuição vem dos trabalhadores e das empresas, apenas recolhida e distribuída pelo agente público, que cobra para isso”. E conclui: “Sem conhecer a realidade constitucional e institucional do sindicalismo e falsear comparações, os ministros deram uma demonstração clamorosa de preconceitos e leviandades, verdadeira conversa de botequim”.

Fonte: Agência Sindical

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS